

FORMANDO EM ENGENHARIA: UM PROFISSIONAL PRONTO PARA A SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA?

João Humberto Guandalini Batista – jhgb@matrix.com.br

Marcel T. B. Takaoka – marcel_tak@yahoo.com

Walter Antonio Bazzo – wbazzo@emc.ufsc.br

Luiz Teixeira do Vale Pereira – teixeira@emc.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Engenharia Mecânica 88040-900 – Florianópolis – SC

Resumo: Objetivamos com este artigo proporcionar uma discussão, no meio acadêmico, sobre a ineficiência das escolas de engenharia em formar um engenheiro adaptado às novas exigências impostas pela sociedade pós-capitalista. Procuramos alertar os discentes sobre a necessidade de se abandonar uma postura passiva de esperar que a academia lhes traga o conhecimento e adquirirem, por iniciativa própria, uma visão crítica a respeito do mercado de trabalho e das mudanças pelas quais a sociedade vem passando. Sob um enfoque CTS, num primeiro instante fazemos uma breve análise a respeito das formas de trabalho desde a revolução industrial até os dias de hoje, de modo a subsidiar a reflexão. A partir desse ponto, buscamos entender os valores e as formas de organização dessa nova sociedade até que fosse possível obter uma idealização a respeito das maneiras de atuação com as quais os profissionais se defrontarão quando de sua entrada no mercado de trabalho. Com base nestes argumentos, apresentamos considerações sobre empregabilidade e planejamento de carreira para os profissionais dessa nova era.

Palavras-chave: Sociedade Pós-capitalista, Era do conhecimento, Formação, Ensino de Engenharia, Empregabilidade

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da globalização e a difusão da Internet, o mundo se deparou com uma situação até antes inimaginável: o surgimento de uma nova forma de organização política, econômica e social sucessora do capitalismo, a sociedade pós-capitalista. Valores até então imutáveis, como a busca incessante pelo lucro, a obsessão pela eficiência e produtividade e o poderio econômico pelo domínio da tecnologia deixam de ser os vértices da sociedade.

Dominação pelo controle da informação, conhecimento como base da sociedade e globalização são alguns dos alicerces que fundamentam essa nova sociedade, que aos poucos vêm substituindo o capitalismo tradicional.

Procurar entender o que está acontecendo, tentar antever as mudanças, refletir a respeito e oferecer respostas à sociedade é uma das obrigações do meio acadêmico. Porém o que se vê, em especial nas escolas de engenharia, é uma resistência crescente às mudanças, uma tendência à acomodação e uma aparente "cegueira coletiva". O graduado acaba tendo que aprender na vida profissional conceitos que poderiam ser trabalhados desde o começo de sua formação escolar.

Até bem pouco tempo atrás esse desajuste entre o que a academia oferta e o que o mercado necessita não era percebido. Porém, com o advento das grandes seleções de *trainee* e

com a disseminação de novas práticas de seleção e recrutamento, profissionais com perfil extremamente técnico, autômatos e racionais – o produto típico das escolas brasileiras de engenharia – não são mais desejados.

Ao discente de engenharia, um item em manufatura nessa grande linha de montagem, não basta saber que esforços estão sendo feitos – em especial pelo Ministério da Educação na nova Lei de Diretrizes e Bases do ensino de engenharia – com relação à revisão dos currículos acadêmicos. Buscar uma adequação às exigências do mercado de trabalho e da sociedade póscapitalista passa a ser um item essencial à sobrevivência.

Num caráter informativo, pretendemos com este artigo apresentar a sociedade póscapitalista, abordando a sua origem, características principais, forma de organização, além dos valores intrínsecos à mesma.

Num escopo direcionado ao discente de engenharia, pretendemos delimitar as novas formas de trabalho, efetuar uma análise sobre empregabilidade e apresentar uma orientação com relação ao planejamento de carreira.

2. SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

Ao longo da história da civilização, ocorreram inúmeras reviravoltas na ordem política, econômica e social. Talvez a mais significativa para nós, pela proximidade e pelos impactos em nossa vida cotidiana, seja mesmo a revolução industrial.

Quando em meados do século 18 o setor têxtil inglês começou a utilizar, em conjunto, os teares e fusos mecânicos delimitando o primeiro protótipo de uma organização industrial, não se imaginava como a sociedade mudaria radicalmente em decorrência desse fato.

A ascensão da indústria atraiu um grande número de migrantes, as primeiras metrópoles começaram a surgir e a indústria começou a ditar os valores básicos da sociedade. Neste momento, o local de trabalho não mais era o mesmo onde se vivia. O trabalho deixou de ser generalista para se tornar cada vez mais especializado e distante do todo e a sociedade se dividiu entre duas classes sociais distintas: o proletariado, formado pelos trabalhadores, e a burguesia, constituída pelos donos do capital. Num curto espaço de tempo, abandonou-se a estrutura rural centrada no trabalho camponês para adotar-se uma estrutura industrial com a formação das grandes cidades.

Porém, o grande impacto em nossa vida cotidiana não está ligado à revolução industrial pura, mas sim a dois fenômenos decorrentes da mesma: o fordismo e o taylorismo.

Quando Henry Ford viabilizou a linha de produção, criando uma sistemática de trabalho rápida e eficiente composta de pequenas tarefas simples agrupadas numa seqüência lógica, não só a fábrica de automóveis ganhou em eficiência, mas também abriram-se as portas para o que hoje chamamos de produção em massa.

Essa possibilidade de produções crescentes de mercadorias, aliada à formação da classe média assalariada, contribuiu para que hoje pudéssemos viver o fenômeno conhecido como difusão do consumismo.

Com relação a Frederick Winslow Taylor, a contribuição se refere à introdução dos conhecimentos científicos dentro da linha de montagem na busca da produtividade. Assim, Taylor não só colaborou na maximização da eficiência e da minimização do esforço laboral, como estreitou os laços entre a produção científica e a indústria.

A partir do momento em que a sociedade passou a estar centrada no trabalho, a influência de Taylor deixou o meio industrial e passou a ocupar um espaço central: a sociedade se tornou extremamente racionalista, começou-se a acreditar que o progresso era irreversível e inerente ao nosso domínio e principalmente, graças a benesses que a tecnologia havia trazido no ganho da produtividade e da eficiência, surgiu a convicção de que a tecnologia seria a salvação de todos os nossos males, inclusive aqueles que, por ventura, surgissem em decorrência do progresso.

Porém, com o passar do tempo, essa forma de organização conhecida como sociedade capitalista foi deixando gradativamente de ser dominante chegando a ponto de, atualmente, nos questionarmos se ela realmente faz parte do nosso cotidiano.

Segundo De MASI (2002), o surgimento da nova sociedade se deu após o final da Segunda Guerra Mundial, com um grande desenvolvimento de alguns campos do conhecimento que acabaram por influenciar toda a nossa sistemática de vida:

a física, a química, a biologia, a fílosofia, a epistemologia, a tecnologia, os sistemas informativos, a ecologia, as ciências organizacionais cumpriram — mais ou menos ao mesmo tempo — saltos substanciais, fazendo com que, todas juntas, revolucionassem o nosso modo de ver, produzir, de consumir, de cooperar, de nos opormos, de desejar e obter. (De MASI, 2002)

Essa fase de transição, não poderia ser entendida tão somente como um *upgrade* da sociedade capitalista. Segundo De MASI, essa nova forma de organização "é um modelo inteiramente novo de sociedade, que se move sob o signo da conexão e da reintegração do trabalho e vida, casa e escritório, quantidade e qualidade, ética e negócio, bens e serviços".

Refletindo com um pouco mais de cautela, a sociedade pós-capitalista acaba sendo vista como uma resposta ao modelo taylorista-fordista introduzido no começo do século 20. Podemos dizer que o contínuo uso da tecnologia na diminuição do esforço laboral aliado à disseminação da eletrônica e da informática praticamente acabaram por extinguir o trabalho pesado de nossas vidas cotidianas.

As máquinas, os computadores e os sistemas autômatos agora podem fazer a maioria daqueles serviços maçantes e indesejados, restando a nós efetuar o trabalho criativo. Neste instante fica claro que toda a lógica racionalista e a visão técnica – tão disseminada nas escolas brasileiras de engenharia – deixam de ter valor.

Outro sinal bem claro da transição pela qual estamos passando está relacionada à globalização, que nada mais é que uma conseqüência da produção em massa introduzida por Ford. Com excedentes produtivos e sem alternativas de mercado em seus países de origem, as organizações se sentiram obrigadas a distribuir seus produtos pelo mundo como forma de sobrevivência e aumento dos lucros. Hoje, não mais somos capazes de distinguir de onde vêm os produtos que consumimos.

Mesmo sem compreender exatamente o que está ocorrendo, sabemos que essa nova sociedade centrada no domínio da informação vem tomando corpo e, num futuro próximo, será ela o novo modelo dominante.

3. VALORES E FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA NOVA SOCIEDADE

De modo a entender o momento de transição pelo qual estamos passando convém delimitar quais valores estão tomando frente nessa nova forma de organização da sociedade.

A sociedade pós-industrial caracteriza-se por ser a sociedade do conhecimento. Desse modo, há uma enorme quantidade de informações sendo geradas diariamente – em especial no meio eletrônico. Porém, esse maior acesso global à informação não estreita a diferença entre os países dominantes e os emergentes.

A dominação continua existindo, agora não mais pelo domínio do capital e da produção de bens, mas sim pelo domínio da pesquisa científica e a capacidade de se antever, criando produtos, serviços e tendências.

A automação crescente das produtoras de bens materiais tende, num futuro próximo, a diminuir consideravelmente o número de postos de trabalho no setor primário, criando uma sociedade baseada no setor terciário, onde os grandes produtos serão os serviços, as informações, os valores e a moda.

A partir do momento em que a criatividade passa a ser o elemento-chave do trabalho, uma sociedade inteiramente organizada com base na linha de produção perde o sentido, afinal ninguém é obrigado a se deslocar de casa ao trabalho e sentar-se em sua estação de trabalho para então acionar o botão da criatividade. Essa nova organização permite, e exige, uma perda da distinção entre trabalho e lazer, já que vivemos de lampejos criativos sem hora e nem local pra começar. Trabalho em casa, horários flexíveis, escritórios virtuais e outras formas de trabalho passam a ser uma alternativa viável.

Essa ascensão da criatividade, em detrimento da racionalidade, acaba exigindo um maior domínio dos aspectos emotivos e afetivos, incentivando a troca de experiências e o trabalho em equipe, além de incentivar a multidisciplinaridade.

Sendo o tempo livre um fato importante na vida cotidiana, ocorre uma inversão de valores no que diz respeito à valorização do trabalho doméstico, do lazer e dos estudos.

A virtualidade passa a ser uma constante em nossas vidas. Cada vez mais os contatos se tornam não-físicos, seja com colegas de trabalho, amigos ou parceiros sexuais.

A grande busca da humanidade deve ser a da qualidade de vida, o consumismo desenfreado deve perder sua importância e cada vez mais os indivíduos devem buscar boas opções de lazer, conforto, tranqüilidade e turismo.

Muito provavelmente a nova era será caracterizada pela feminilidade, uma valorização da estética e de sentimentos como a emoção e a intuição em todas as esferas da sociedade. A racionalidade perderá seu espaço com a valorização crescente da subjetividade e da intuição, porém sem a perda da capacidade de argumentação.

4. NOVAS FORMAS DE TRABALHO

Mais cedo ou mais parte, todos esses valores introduzidos pelo novo modelo econômico, político e social acabarão atingindo a sociedade. Para os engenheiros em formação — ainda preparados com ensinamentos da antiga sociedade e sendo entregues ao mercado numa nova era — o grande embate se refere à nova forma de organização do trabalho.

O trabalho na sociedade pós-capitalista estará centrado, como já foi dito anteriormente, no domínio da informação. O conhecimento estará disponível a todos, principalmente em meio eletrônico. A facilidade de comunicação e as novas tecnologias contribuirão para que a comunicação entre todos seja simples, rápida e barata. Desse modo, obterá sucesso aquele que mais facilmente puder identificar as informações necessárias e conseguir transformá-las em soluções e idéias. Repetir procedimentos, decorar fórmulas e agir sem questionamento crítico – a fórmula básica das avaliações dentro das escolas de engenharia – não terão qualquer valor prático num futuro próximo.

Ao mesmo tempo em que a informação se difunde, novas necessidades são criadas por esse *boom*. O conhecimento se torna cada vez mais volátil e a necessidade pelo aperfeiçoamento contínuo se torna essencial para a empregabilidade. O diploma passa a ser apenas uma referência no currículo. Especializações, cursos e experiências profissionais nas mais diversas áreas perdem o tom pejorativo e se tornam o referencial em uma carreira.

O trabalho rígido e formal – com carteira assinada – tende a desaparecer. O profissional passa a oferecer serviços ao invés de trabalho. Predomina a mentalidade de fornecedor, onde o profissional identifica um nicho de mercado, se especializa e oferece esses serviços a quem quer que necessite.

A valorização da qualidade de vida acaba colaborando para que cada vez menos a empresa tome conta da carreira do funcionário. Cada um deve definir as suas próprias ações em busca do aprimoramento profissional. Treinamentos massificados, modismos gerenciais e carreiras construídas pela organização perdem valor graças à individualização da carreira e a mentalidade de fornecedor.

O autogerenciamento da carreira e a mentalidade de fornecedor evidenciam a necessidade do profissional se promover. Habilidades como comunicação, argumentação, visão crítica, liderança e *marketing* tornam-se essenciais para a sobrevivência profissional.

A busca por um significado na vida e no trabalho e a valorização do tempo livre permeia a ascensão do trabalho voluntário e do terceiro setor. Resolver o problema daqueles que o cercam se torna importante para uma melhor qualidade de vida. Altruísmo, finalmente, se torna necessário para o próprio crescimento.

Finalmente, o trabalho em equipe, mesmo que virtual, ganha uma importância salutar num mundo guiado pela criatividade. Duas cabeças pensam melhor que uma! Aluno de engenharia com dificuldade em desenvolver atividades em grupo, alienado em relação ao mundo que o cerca e sem capacidade de argumentação e autopromoção, torna-se inútil nessa nova sociedade.

5. ANÁLISE DA EMPREGABILIDADE NA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

A empregabilidade – ou a habilidade de conseguir um emprego – é um pré-requisito recente que todos aqueles que dependem de salário devem desenvolver.

O emprego ainda é um elo essencial entre empregados e empregadores. Contudo, por mais importante que seja, já deixou de ser sinônimo de segurança e estabilidade. As relações

de trabalho deixaram de ser duradouras como antigamente o eram. A diminuição da permanência nas empresas é concomitante ao aumento das exigências em termos de profissionalismo. Por fim, o local de trabalho deixou de ser acolhedor para ser somente aquele onde profissionais atuam na produção de bens e prestam serviços.

Desde a década de 80, conhecida dentro das empresas como década da qualidade, começou a aumentar no Brasil o número de pequenas e microempresas, prestadores de serviços e o sistema *franchising* – franquias de marcas. Muitos profissionais passaram então a vender seu trabalho por hora ou por dia para diferentes empregadores.

A flexibilização do tempo de trabalho tornou-se uma característica intrínseca do conceito de empregabilidade. Não há mais vínculos empregatícios fixos entre empregados e empregadores. Passou-se a criar contratos trabalhistas – que podem ou não serem renovados – com um número fixo de horas diárias, semanais ou anuais a serem cumpridas. Além da difusibilidade do tempo de trabalho, já regulamentada em nossa sociedade, intensifica-se o trabalho a distância e o teletrabalho, ambos estreitamente sujeitos à fragilização da qualidade de vida e de riscos de auto-exploração profissional.

Como decorrência da disponibilidade de trânsito de informações e da necessidade de adaptar-se às novas formas de trabalho, o teletrabalho traz algumas implicações no direito sindical, pois seu exercício concretiza-se com a presença do empregado na empresa; tempo de trabalho, que é normalmente determinado no contrato de trabalho, em geral não é cumprido pelo trabalhador a distância, que se auto-explora com objetivo de refletir dedicação e desempenho para que seu cargo seja segurado; proteção social básica, esta relacionada ao emprego em tempo integral – dentro da empresa –, inclui benefícios como férias, licenças, repouso semanal remunerado etc. que ficam excluídos; perfil do teletrabalhador, que passa às vezes, inconscientemente, a empregar mão-de-obra familiar ou menor, trazendo para dentro de sua casa o perfil da exploração do trabalho; nível de vida no trabalho, pois a partir do momento que o dever é levado para casa este pode ser executado até níveis extremos de fadiga.

A década de 1990, ou década da "responsividade", ficou marcada pela necessidade de respostas rápidas, tanto das empresas quanto de seus empregados. Essa fase consolidou a necessidade de uma reciclagem constante de conhecimento, além da aquisição de uma capacidade extrema de autodidatismo e generalismo.

O surgimento da primeira geração da Teoria do Capital Humano, nos anos 1950, reforça a idéia de empregabilidade. Nesta época enfatizou-se a importância de investimentos em educação como fonte principal de aumento da competitividade e do nível de vida das pessoas. Nos anos 70, a segunda geração da teoria tentou consolidar com otimismo que, de fato, a melhor saída era o investimento em educação escolar ou a formação em um posto de trabalho.

Recentemente, a terceira geração de teóricos salienta que a maior preocupação deve ser com o circuito de informações e a tomada de decisão na alocação do capital humano, fazendo grandes distinções entre a aquisição e a utilização das competências individuais.

TÔRRES (2000:18) afirma que:

Como fio condutor entre a segunda e a terceira geração na Teoria do Capital Humano, persiste ainda um elevado grau de incerteza sobre o nível de escolarização formal como variável explicativa vetora da produtividade e qualidade no mercado de trabalho. (...) Prevalece ainda um problema mais genérico, que é a aquisição do saber pela experiência, portanto fora dos estabelecimentos de ensino, de programas de formação continuada ou de requalificação profissional. O saber empírico é tão discriminado no acesso ao mercado de trabalho convencional (...) que o trabalhador portador desse capital de conhecimento sente-se inibido (...).

As ações dos governos e empresas são fundamentais na implementação da empregabilidade, principalmente para os funcionários de base. Isso irá assegurar que eles consigam novas ocupações, caso sejam liberados das funções atuais.

As políticas de empregabilidade são a grande alternativa para superar a crise do emprego, derivada, principalmente, da exclusão da entrada de jovens no mercado de trabalho e da supressão em massa de postos de trabalho, sendo esta justificada pelas empresas que se fundamentam, primeiramente, em princípios econômicos imediatos — como demissões em

massa –, depois pelo uso de tecnologias que substituem grande parte da mão-de-obra – como a informatização e a automação.

Já os engenheiros, marcados pelo autodidatismo, devem se armar de certos artifícios, para que sua empregabilidade nunca se torne obsoleta frente às inovações do mercado de trabalho.

Uma faculdade bem trabalhada, um segundo ou terceiro idioma, uma rede de relacionamentos – ou contatos –, as competência adquiridas, sua exposição ao mercado e uma vida pessoal bem equilibrada são itens que, necessariamente, devem ser meticulosamente esculpidos de forma a servirem de subsídio para assegurar uma vaga no mercado de trabalho.

Vivendo em meio a conceitos como "era da informação", "era do conhecimento", "sociedade pós-capitalista", "década da responsividade", o recém-graduado engenheiro tem a grande responsabilidade de antever tudo o que lhe será necessário para o futuro. A âncora do processo é o fato de que as atuais instituições de ensino insistem em ministrar aulas retilíneas, focadas apenas em aspectos técnicos.

Segundo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia, estabelecidas pelo Parecer CNE/CES 1.362/2001:

as tendências atuais vêm indicando na direção de cursos de graduação com estruturas flexíveis, permitindo que o futuro profissional a ser formado tenha opções de áreas de conhecimento e atuação, articulação permanente com o campo de atuação do profissional, base filosófica com enfoque na competência, abordagem pedagógica centrada no aluno, ênfase na síntese e na transdisciplinaridade, preocupação com a valorização do ser humano e preservação do meio ambiente, integração social e política do profissional, possibilidade de articulação direta com a pós-graduação e forte vinculação entre teoria e prática.

Nesta proposta de Diretrizes Curriculares, o antigo conceito de currículo, entendido como grade curricular que formaliza a estrutura de um curso de graduação, é substituído por um conceito bem mais amplo, que pode ser traduzido pelo conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver um programa de estudos coerentemente integrado. (Diário Oficial da União de 25/02/2002, seção 1, p. 17)

É lamentável que praticamente nada disso seja aplicado no nosso sistema de ensino de engenharia, o que acaba plantando em seus alunos uma noção unidirecional da profissão, visando apenas a criação de novas tecnologias que substituirão aquelas que se tornaram obsoletas. E para completar, as universidades brasileiras permanecem insistindo que o engenheiro especialista é o melhor profissional, indo de encontro a um dos princípios básicos de uma boa empregabilidade, que é o generalismo ou versatilidade.

6. PLANEJAMENTO DE CARREIRA PARA ENGENHEIROS

Todos os profissionais em início de carreira deveriam planejar seu trajeto, tanto para o sucesso profissional quanto para o pessoal, para assim garantir sua satisfação.

Para os profissionais de engenharia, neste caso, principalmente os estudantes, embora um planejamento minucioso de sua carreira seja praticamente impossível de ser traçado, é vital que se identifique para onde se deseja caminhar.

Como o que foi discutido anteriormente, a engenharia requer a constante reformulação de conhecimento, o que torna o planejamento de carreira uma grande incerteza para uns e um desafio para outros.

Da mesma forma que a sustentação da empregabilidade é realizada pelo uso de alguns artificios, o planejamento de carreira deve ser feito baseado na formação e vida do aluno de engenharia.

Para gerenciar a carreira, deve-se levar em conta variáveis como: definição de um foco e objetivo profissional de curto e longo prazo, incluindo seus pontos fortes, fracos e ambições; formação acadêmica e idiomas condizentes com seus objetivos; manter uma rede de relacionamentos que garanta a exposição ao mercado-alvo; competências e resultados que permitam construir uma carreira sólida.

A criatividade deve vir embutida em cada um desses itens. O grande salto é usar a

criatividade de forma a trazer resultados concretos e auxiliar na conquista dos objetivos. Infelizmente, somos canalizados sempre a buscar caminhos alternativos, já traçados, ao invés de criar diante de alguma dificuldade.

A resistência de algumas pessoas ao planejamento de carreira está na incerteza da era da informação: como prever as qualificações necessárias em um mundo em constantes mudanças? De fato, planejar não significa prever o futuro, mas sim preparar-se para ele.

A condição fundamental para o planejamento é o conhecimento de si mesmo. Saber limitações e capacidades sem se deixar influenciar por imagens plantadas nos meios de comunicação em massa.

O "saber aprender" é decisivo para a mutabilidade do mercado. Deve-se estimular hábitos, como a leitura, que agucem o processo de aprendizagem.

Outro grande entrave é o fato de muitos não admitirem errar. A auto-cobrança é tão severa que, às vezes, pessoas deixam de inovar com o medo de que seu projeto possa não dar certo. Isso acaba tornando-as conservadoras, e dificilmente se abrirão para as mudanças no mercado.

Contudo, se os planos não se concretizarem, costuma-se construir, dentro do planejamento de carreira, o que se denomina "Plano B". Trata-se de uma estratégia, inicialmente provisória, que será utilizada caso o planejamento tome um rumo totalmente diferente daquele inicial. Como possibilidades de "Planos B", podemos citar concursos públicos, mudança de emprego, empreendedorismo e mudança de ramo de atividade.

De fato, os alunos de engenharia têm um grande leque de opções para montar sua carreira. A maior falha é a ausência do meio acadêmico durante esse processo. Novamente, o caráter positivista e especialista das instituições de ensino faz do relacionamento aluno-mestre apenas uma extração de conhecimentos técnicos, em que cada professor estabelece um nível de importância para sua disciplina, eliminando quaisquer possibilidades de auxílio pessoal ao aluno. O planejamento é, então, deixado de lado e o graduado constrói sua carreira de acordo com as oportunidades que consegue.

7. CONCLUSÃO

A imposição de novos paradigmas pela sociedade pós-capitalista vem mudando o que até então era conhecido como turbo-capitalismo. O lucro como único objetivo, as produções seriadas de Ford e o controle de produtividade de Taylor estão dividindo as prioridades do capitalismo com o controle de informações.

Atualmente, não mais sobrevive apenas aquele que produz mais, e sim aquele que produz primeiro.

Alterado o conceito de capitalismo puro, concluímos que as escolas de engenharia, mesmo teoricamente modificadas pelas Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Engenharia, já parcialmente adequadas aos padrões da atualidade, permanecem regidas por métodos conservadores, retardando o desenvolvimento do senso crítico dos alunos e direcionando-os para o mercado de trabalho apenas com embasamentos técnicos.

A qualidade de vida está sendo mais valorizada, passando a ser parte integrante do conceito de emprego dos novos trabalhadores.

As novas formas de trabalho mudaram valores e implementaram o que se conhece por empregabilidade. Flexibilidade de tempo, generalismo e autodidatismo passaram a ser ferramentas essenciais na conquista de emprego.

O planejamento de carreira mostrou ser uma ferramenta interessante para sucesso do engenheiro, porém ainda está distante de ser aplicado trivialmente nos cursos de engenharia.

De um modo geral, os valores da nova sociedade prometem refinar ainda mais o mercado de trabalho, aumentando as diferenças de mão-de-obra e sociais, pois aqueles que tiverem acesso à informação e souberem aproveitar, acompanharão o desenvolvimento. Os outros perderão seus postos de trabalho e terão de se dedicar a outras atividades, muitas vezes, completamente diferentes daquelas que antes executavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZZO, Walter Antonio; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; LINSINGEN, Irlan von.

Educação tecnológica: enfoques para o ensino de engenharia. Florianópolis: Ed da UFSC,
2000.
DRUCKER, Peter F. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999.
Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 1993.
Tecnologia, Gerência e Sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 1972.
HANDY, Charles B. Além do capitalismo: a busca de um propósito e um sentido de vida no
mundo moderno. São Paulo: MakronBooks, 1999.

LUCENA, Maria Diva da Salete. **Planejamento de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 1990.

MASI, Domenico de. **O futuro do trabalho** – Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. São Paulo: José Olympio, 2002.

SCHEIN, Edgar. Identidade profissional. São Paulo: Nobel, 1996.

SCHEIN, Edgar. **Psicologia organizacional**. 3 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982.

TÔRRES, Ofélia de Lanna S. Empregabilidade negociada. São Paulo: Atlas, 2000.

ENGINEERING GRADUATING: A READY PROFESSIONAL FOR THE POST-CAPITALIST SOCIETY?

Abstract: We are proposing with this article to provide a discussion, in the academic environment, about the inefficiency of the engineering schools in forming a suitable engineer to the new requirements imposed by the post-capitalist society. We are alerting the students about the necessity of abandoning a passive position to wait that the academy brings them the knowledge and to acquire, for proper initiative, a critical vision regarding the job market and of the changes for which the society comes passing. Under an approach STS, previous, we did a brief analysis regarding the work forms since the industrial revolution until the present, to subsidize the reflection. After this point, we search to understand the values and the forms of organization of this new society until it was possible to get an idealization regarding the performance ways that the professionals will confront themselves when of them entrance in the job market. Using these arguments, we present considerations about "jobability" and career planning for the professionals of this new age.

Key-words: Post-Capitalist, Knowledge Age, Formation, Engineering teaching, Jobability